



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

VIVALDO PALMA LIMA

DISCURSOS E OPINIÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO AMAZONAS

[DOCUMENTO Nº 155]

CULTURA



© Vivaldo Palma Lima, 2012

EDITOR Antônio Ausier Ramos

SUPERVISÃO EDITORIAL Jeordane Oliveira de Andrade

CAPA Ângelo Lopes

PROJETO GRÁFICO André Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Gráfica Moderna

REVISÃO Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO Ediana Palma

PROJETO EDITORIAL - VERSÃO ELETRÔNICA Luiz Felipe | Karla Colares

L732d Lima, Vivaldo Palma.

Discursos e opiniões sobre a colonização japonesa no Estado do Amazonas. / Vivaldo Palma Lima. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

48p. ; 15x21cm. – 155 (Documentos da Amazônia).

ISBN 978-85-64218-43-7

1. Literatura Brasileira – Discursos. 2. Colonização.
3. Japoneses. 4. Amazonas. I. Título. II. Série.

CDU 82-5:325=956

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
DISCURSOS PRONUNCIADOS NA SESSÃO
DE 20 DE MAIO DE 1936

I

O Sr. Vivaldo Lima – Sr. presidente, o Amazonas tem sido muitas vezes vítima da patriotada dos cabotinos...

O Sr. Paula Gonçalves – Muito bem!

O Sr. Vivaldo Lima – (continuando) ...e sempre que aparece algum interesse que possa melhorar a sua situação econômica, ou alguma proposta em condições de trazer vantagens para este pedaço da federação, tão esquecido dos poderes centrais, os patrioteiros com os seus latidos de cães esfaimados a anteporem-se a tudo quanto tenha probabilidade de resultar em benefício deste Estado, que, infelizmente, vai marchando muito atrasado na lista dos que têm progredido depois da proclamação da República.

Vou citar alguns fatos em apoio de minha afirmativa.

Houve uma ocasião em que o Amazonas encontrou oportunidade para se transformar em um dos Estados mais ricos e progressistas da Federação Brasileira: foi quando os ingleses quiseram fazer plantações da hévea na bacia amazônica, mandaram até aqui uma comissão de técnicos para fazer a aquisição das terras necessárias ao plantio.

A estadia em Manaus da comissão inglesa despertou a emotividade dos patrioteiros, que apedrejaram o Hotel Cassina onde ela estava hospedada, tendo seus membros de reembarcar para a Inglaterra sob a proteção da polícia.

Chegando ao seu país, o chefe da comissão emitiu o conceito de que o Amazonas era uma terra de selvagens e que a Inglaterra não devia, de forma alguma, plantar seringueiras no Amazonas e sim voltar suas vistas para as Índias, onde os ingleses tinham possessões cujas terras se prestavam para a cultura da *Hevea brasiliensis*.

O plantio na ilha do Ceilão deu um resultado animador e os holandeses imitaram os ingleses, plantando também seringueiras em suas possessões; de modo que, enquanto as Índias Inglesas e holandesas, com uma progressão assombrosa desde o início das plantações para corresponder ao consumo mundial, chegaram a exportar, em 1932, cerca de setecentas mil toneladas de borracha, a produção amazônica, que não pode competir com a borracha do Oriente por estar sujeita às suas cotações, decresceu, pouco a pouco, de trinta mil toneladas para cinco mil, resultando disso a crise pavorosa por que tem passado o Estado nestes últimos vinte e cinco anos e da qual ainda se não pôde libertar.

Se, naquela ocasião, o Amazonas tivesse conseguido que os capitalistas ingleses fizessem plantações de seringueiras nas suas terras incultas, talvez fosse o Amazonas o Estado mais próspero do Brasil, pois teria progredido mais do que S. Paulo.

Foi o pernicioso cabotismo que levou o Amazonas à situação de crise econômica e à sua correlata decadência.

De outra vez, Sr. presidente, conhecedores dos resultados da expedição Hamilton Rice à bacia do rio Branco, capitalistas americanos chegaram a organizar um sindicato para fazer a exploração das terras dessa bacia, propondo-se a construir uma estrada de ferro de Manaus até Boa Vista, a promover a criação de cidades e núcleos agrícolas ao longo da estrada e a explorar o subsolo. Este sindicato propunha-se a encampar as dívidas e externa do Estado e a pagar os direitos de exportação dos produtos que fossem explorados por ele.

Era uma fase de grande prosperidade que se antevia para o Amazonas, uma vez que ele se ia libertar de dívidas e ter aumentada a sua exportação com os produtos do sindicato.

Também dessa vez entraram em cena os patrioteiros cabotinos. Telegrafaram ao presidente Epitácio Pessoa e à imprensa do Rio, dizendo que queriam vender as terras do Amazonas aos americanos.

A campanha surtiu efeito, porque o presidente Epitácio telegrafou à Embaixada brasileira em Washington, dizendo que o Brasil não se responsabilizava por compromissos que fossem contraídos pelo Estado do Amazonas no estrangeiro.

Foi o ato mais injusto que o Dr. Epitácio Pessoa praticou em sua vida e que muito prejudicou o povo do Amazonas.

Perdeu nessa ocasião o Estado uma nova oportunidade de florescimento e de ver as suas finanças prosperarem, porque os capitalistas americanos vinham entrar no negócio com o capital inicial de trezentos mil contos de réis, devido ao vulto do negócio e aos compromissos que iam assumir.

Tempos depois, apareceu aqui em Manaus um representante da Empresa Ford querendo adquirir terras para fazer plantações de seringueiras. Tendo tido repulsa à sua pretensão, o representante foi bater a uma outra porta.

O Sr. Antônio de Vasconcellos – Por essa ocasião o cabotismo patriótico partiu do próprio governador do Estado que queria saber qual a sua compensação.

O Sr. Vivaldo Lima – No entanto, a Empresa Ford encontrou por parte do Governo do Estado do Pará o melhor acolhimento e a maior boa vontade, obtendo um milhão de hectares de terras para as suas plantações de seringueiras, e ninguém pode negar que a Empresa Ford tem deixado milhares de contos de réis de lucros ao comércio do Pará, concorrendo assim para o progresso econômico daquele Estado.

O Sr. Paula Gonçalves – Devo declarar a V. Ex.^a que a Fordlândia é uma verdadeira maravilha em matéria de organização. É simplesmente deslumbrante o que lá se vê!

O Sr. Antônio de Vasconcellos – Veja V. Ex.^a, quanto o cabotismo de um governador prejudicou o nosso Estado.

O Sr. Vivaldo Lima – E muitos outros negócios têm aparecido em condições de concorrer para a prosperidade do Estado, e todos têm sido prejudicados pelo excesso de patriotismo, nacionalismo doentio, cabotismo, ou interesses contrariados daqueles que se opõem a eles, pois muita gente se julga no direito de exercer tutela sobre o Amazonas, sem nunca lhe ter pisado o solo e saber mesmo para que rumo fica.

Deste modo vai o Estado seguindo sua marcha lenta, neste ramerrão a passo de tartaruga (que infelizmente é o nosso emblema), enquanto não houver um paradeiro a estas intrigas e os amazonenses não conseguirem se libertar desse cabotinismo avassalador.

O Sr. Felix Valois – Enquanto existirem os ajuricabas de fancaria!

O Sr. Vivaldo Lima – Sr. presidente, o Estado do Amazonas vem solicitando a imigração japonesa desde 1926. Como havia dúvida da vantagem da vinda da imigração japonesa para esta região, o embaixador Shitita Tatsuké veio a Manaus em 1926 verificar as condições climatéricas e produtivas do Estado, para poder advogar junto ao seu governo a imigração solicitada.

Houve portanto um entendimento de alguma forma internacional, posto que falte aos Estados soberania para esses entendimentos, o que foi abusivamente praticado por muitos Estados da Federação nos casos de empréstimos externos, imigração etc., antes de 1930.

Entretanto o governo federal teve de assumir a responsabilidade nos empréstimos externos feitos pelos Estados, e está na mesma obrigação para com os contratos ou compromissos de imigração, colonização etc., assumidos antes da revolução que provocou a reorganização do país.

Diante das negociações empreendidas pelo Estado, dois representantes de capitalistas nipônicos requereram uma concessão de terras, para a exploração agrícola e industrial, concessão esta similar à que obteve no Pará a Empresa Ford.

Depois de decorridos os prazos de opção do contrato, e dos capitalistas japoneses terem gasto mais de mil e novecentos contos em construir uma escola agrônômica, estações experimentais, campos de cultura, hospitais, inumeráveis habitações em colônias agrícolas que fundaram, além de pequenas indústrias etc., veio a Manaus, em 1934, o embaixador Kyujiro Hayashi, verificar em que condições estava a colonização japonesa no Amazonas, para que os ca-

pitalistas do seu país pudessem inverter aqui seus grandes capitais em empresas de vulto.

Parece-me que o embaixador Hayashi levou a melhor impressão possível deste Estado, como antes já havia levado o embaixador Tatsuké, porque os amazonenses recebem os japoneses de braços abertos, e os japoneses de braços abertos correspondem a essa gentileza, casando-se com as amazonenses, em muitas das quais, sendo descendentes de índios, eles encontram os seus próprios característicos raciais.

Ora, Sr. presidente, esta concessão que vem sendo requerida e organizada desde 1926 tem passado por diversos turnos entre os quais um ato da Interventoria Federal, no Governo Discricionário, ato que foi aprovado pela Assembleia Constituinte Nacional; portanto, o pedido que foi feito ao Senado da República é mera formalidade, uma vez que os japoneses, no contrato de opção, cumpriram as cláusulas que lhes cabiam e também que nós, brasileiros amazonenses, cumparamos aquilo que lhes prometemos, honrando assim a fé dos contratos.

Para cúmulo de irrisão, agora que o contrato chega a seu turno, e só depende do Senado Federal cumprir e que a Constituinte impõe (e não devia vigorar para o caso), aparece na Capital Federal uma chusma de patrioteiros anônimos, desses tipos que ninguém conhece e ninguém sabe quem são eles, a impugnar a concessão, sob alegações infundadas que só podem partir da cabeça de cretinos ou de sandeus.

Os jornais do Rio não revelam nem um nome desses tais gritadores, apenas dizem que pertencem à “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, e estes estão promovendo uma campanha antirracional contra os japoneses.

Se assim é, estes indivíduos estão abusando do nome do grande publicista, cujas ideias não estão de forma alguma de acordo com a grita que esses cabotinos fazem no momento, porque Alberto Torres nunca pregou estas doutrinas de exclusivismo, quando tratou de nossos característicos raciais.

São palavras de Alberto Torres: “pretender formar raças nacionais, em países novos, é verdadeira utopia.

“É uma falsa concepção, entretanto, do problema das novas nacionalidades, a que faz depender seu desenvolvimento da introdução de homens das raças brancas”. “Há muito quem cogite entre nós da ideia de substituir as nossas raças; e no espírito de mais de um brasileiro ilustre o sonho de uma futura nacionalidade, formada de indivíduos de puro tipo europeu, é alentado com carinho. Esta ilusão deve desvanecer-se. Elementos componentes de nosso povo tornam impossível, desde hoje, o pensamento de realizar semelhante fantasia. Tentá-la seria, quanto ao futuro, gravíssimo erro político. Indígenas, africanos e seus descendentes, formaram, em nosso território, tipos definitivos, admiravelmente apropriados às condições físicas, que só poderão, por isso, progredir e aperfeiçoar-se”.

Por estas palavras, vê-se que Alberto Torres não podia condenar o contingente étnico dos amarelos, que entrou em nossa raça por muitas das nossas tribos indígenas.

Além disso, Alberto Torres era de opinião que “as raças são julgadas pela energia, pela atividade, pelo vigor, pela independência, pelo brio e o valor, com que sustentam a autonomia, – pelo conjunto das qualidades que formam o caráter étnico”; e nenhum povo tem revelado mais estes característicos do que o japonês.

O patriotismo de Alberto Torres era um patriotismo sadio, contrariamente ao daqueles que estão deturpando a sua obra; assim é que ele queria que nós fôssemos um povo que nos dirigissem sem o auxílio da tutela estrangeira: “Um povo que renuncia à gestão de seus bens, para confiá-la a mãos estrangeiras, que desiste da capacidade econômica e social, não pode presar sinceramente a capacidade políticas”.

No caso em questão, não solicitamos a tutela, mas aceitamos a colaboração dos japoneses para o progresso do Estado.

Ora, Sr. presidente, um Estado como o nosso, que, por mais que se alargue a estatística, não chega a ter quinhentos

mil habitantes, como pode fechar a porta a qualquer imigração estrangeira de boa procedência, ou a qualquer homem de trabalho honesto que venha concorrer para o nosso desenvolvimento econômico?

Devo repetir aqui as palavras de Bruno Lobo, com referência ao nosso país:

“Necessitamos de gente, muita gente, para que o Brasil deixe de ser o país das minas sem minérios convenientemente extraídos, essencialmente agrícola, quase tudo importando e pobre ante a natureza exuberante e rica, que nos entusiasma e domina”.

Da mesma forma, parodiando, eu devo dizer: – aqui no Amazonas precisamos de muitos braços que venham trabalhar, porque um Estado com mais de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados de terras incultas e uma população de quinhentos mil habitantes, vivendo permanentemente em crise, não pode continuar eternamente sendo o *inferno verde* onde os *touristes* ingleses vêm a passeio, tirar fotografias de barracas de palha construídas sobre estacada, ou de lagos atapetados de vitórias-régias.

Podemos contar com braços nacionais para o desbravamento do nosso *hinterland*?

É uma interrogação bem dolorosa, porque somente pode ser respondida com a negativa – não!

A história do desbravamento das nossas terras tem episódios bem tristes.

Até 1877, o interior do Estado era quase despovoado.

Foi necessário que uma seca pavorosa assolasse o Ceará, para que uma avalanche de braços patricios corresse até aqui, na ilusão do velocínio de ouro, com o corte das seringueiras e a agricultura em terras onde não havia possibilidade de se morrer de sede: e os cearenses vieram em levadas, como verdadeiros escravos, vendidos aos patrões por contas fantásticas, das quais raramente podiam se desembaraçar um dia.

Outras e outras levadas vieram vindo em anos sucessivos sempre na mesma ilusão, até que a crise da borracha pôs



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**